



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo V – Incidentes Processuais

20) Pedido de instauração de incidente de falsidade documental

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____.^a
Vara Criminal da Comarca ____.
Processo n.º ____

X, qualificado a fls. ____, nos autos do processo-crime que lhe move o Ministério Público,¹ por seu advogado,² vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer a

INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL,

nos termos do art. 145 do Código de Processo Penal, pelos seguintes motivos:

1. O documento ____, juntado a fls. ____, não é autêntico. Embora tenha sido adulterado com sofisticada técnica, é possível perceber as suas distorções se comparado a cópia autenticada ora apresentada.

2. A sua introdução nos autos foi feita pelo assistente de acusação, logo após o recebimento da denúncia. Entretanto, somente agora, após as pesquisas realizadas, pode o acusado apontar a Vossa Excelência os defeitos que possui, em especial: ____ (enumerar).

Ante o exposto, requer-se a instauração do incidente, ouvindo-se o Ministério Público e o assistente de acusação para que ofereçam suas manifestações. Após, aguarda-se a nomeação de peritos para a verificação do documento, protestando-se, desde logo, pelo oportuno oferecimento de quesitos e pela solicitação de outras provas.³

Termos em que,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Advogado

¹ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

² O advogado deve ter poderes especiais para tanto (art. 146, CPP).

³ O processo não precisa ser sobrestado, exceto se a prova já tiver sido colhida, dependendo unicamente do término do incidente de falsidade para a apresentação das alegações finais das partes.